

JEBER LUIS DIEHL

**EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DE VIRTUDES MORAIS**

CURITIBA

2010

## **EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DE VIRTUDES MORAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia da Educação, do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Celso de Moraes Pinheiro, Dr.

CURITIBA

2010



Universidade Federal do Paraná

Curso de Especialização em Filosofia da Educação: Ética,  
Política e Educação – Setor de Educação.

### Ata da Banca Examinadora de Monografia

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez, na sala 411, do Edifício D. Pedro I, campus Reitoria da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Comissão de Avaliação de Especialização do Curso de Especialização em Filosofia da Educação: Ética, Política e Educação para argüir o aluno **JEBER LUIS DIEHL** e avaliar a apresentação de sua monografia *Experiências pedagógicas na construção de virtudes morais*, apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Especialista em Filosofia da Educação. A comissão esteve constituída pelos professores, (orientador), Karen Franklin da Silva e Udo Baldur Moosburger.

A comissão, atribuiu ao trabalho escrito o grau 7,0 (sete) e à defesa o grau 7,0 (sete). A média final foi 7,0 (sete).

Nada mais havendo a constar eu, Celso de Moraes Pinheiro, presidente desta Banca do Curso de Especialização em Filosofia da Educação, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos integrantes da Comissão Examinadora.

*Udo Baldur Moosburger*

Prof. Dr. Udo Baldur Moosburger – membro argüidor

*[Signature]*  
Prof. Dr. Celso de Moraes Pinheiro – orientador

*[Signature]*  
Prof. Dr. Karen Franklin da Silva – membro argüidor.

*[Signature]*  
Prof. Dr. Celso de Moraes Pinheiro

Coordenador

Especialização em Filosofia da Educação

ED / UFPR

*“A moral, propriamente dita, não é a doutrina que nos ensina como sermos felizes,  
mas como devemos tomar-nos dignos da felicidade.”*

*Immanuel Kant*

*As minhas queridas filhas Ana Eduarda e Helena.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Celso Pinheiro Moraes pela orientação deste trabalho e pela amizade.

Ao Departamento de Educação da Universidade Federal do Paraná pela oferta do curso de Especialização em Filosofia da Educação.

Ao professor Geraldo pelas valiosas dicas na formatação desta pesquisa.

## RESUMO

Uma das questões tratadas nesse trabalho é colocar em evidência o debate sobre o papel da escola atual sob a perspectiva de discutir se as instituições de ensino dão conta de ampliar a esfera moral dos seus alunos. Se, o valor moral das coisas pode ou não ser extraídos mediante os estímulos ou no cumprimento obrigatório delas. Construir uma concepção de conhecimento como produto em que as certezas são estimuladas e até são o fiel da balança da aprendizagem fazem com que o professor, na maioria das vezes, aceite o papel de transmitir o conhecimento aos alunos, com suas práticas de ensino e avaliação. Há muita dúvida sobre o seu papel e o da própria escola, os pensamentos são divergentes, principalmente, sobre as relações afetivas. A condição emotiva de afeto ou paixão pode vir a se transformar em um saber? No trabalho, procuramos investigar o papel da educação frente à contemplação da moralidade em si, a educação da razão humana. A razão nada sente, compreende sua deficiência, sabe de si. O presente trabalho tem a pretensão de discutir a possibilidade da experiência pedagógica em relação às virtudes morais no ambiente e nas práticas desenvolvidas a partir das relações do ensino aprendizagem. É quase que senso comum que a escola não pode ser pobre em experiências morais, que no ambiente escolar são promovidos certos valores que irão acompanhar o sujeito para o resto de sua vida. Partimos do pressuposto de que o sentimento moral não produz nenhuma lei moral, pois, esta surge inteiramente da razão, a fé se opõe a razão, segundo Kant muito da admissão das coisas como verdades se dão por motivos objetivos, trata-se apenas de uma opinião, No entanto o mesmo Kant afirma que se esta opinião for contemplada progressivamente por indivíduos da mesma espécie pode finalmente tornar-se um saber. Como objetivo geral do trabalho, buscamos definir sobre o que é um caráter virtuoso e abordar de certa forma, se, aquilo que se espera do aluno não é simplesmente uma boa conduta ou uma conduta devida. As virtudes humanas podem ser aqui entendidas como disposições que constituem nosso desenvolvimento como seres humanos.

## 1 INTRODUÇÃO

Existe um ideal de homem ou um homem ideal para a sociedade? Caso essa resposta seja afirmativa então também concordamos que se cria uma perspectiva moral na sociedade e que muitas vezes essa construção moral passa pela educação, e se, a educação faz o homem, os seres humanos se refazem no que diz respeito à moral pela educação que recebem.

As virtudes humanas acentuadas neste trabalho apresentam-se na medida em que o homem é visto como tal pelos outros, ninguém é virtuoso para si, o ideal de homem promove e parte da idéia da busca pela paz e justiça, ou vulgarmente falando, uma sociedade equilibrada.

Um homem pode aprender com os outros e com o passar dos tempos, pois as gerações vão se sucedendo e com elas a moral. Neste trabalho depositamos a crença de que em certa medida, o sistema educativo também é um mecanismo de construção moral. Procuramos desenvolver uma investigação que nos permitisse avaliar a possibilidade do ensino de virtudes bem como compreender certos conceitos filosóficos que cercam o tema e a forma pela qual se constituem os valores morais nas sociedades e no desenvolvimento humano.

O método empregado no desenvolvimento do trabalho constitui-se na análise de obras filosóficas e as abordagens relacionadas ao tema virtudes. Elaboramos um pequeno questionário com 10 questões para verificar uma relação daquilo que se pensa sobre o assunto e aproximar sob alguns aspectos a luz da teoria kantiana, as virtudes como uma bussola de mão para a formação humana.

## 2 ÉTICA E MORAL

Como podemos distinguir questões morais e problemas éticos? De acordo com o professor Vasquez (2005), são as generalidades que as tornam diferentes, as questões morais se apresentam em situações concretas, essas situações podem se modificar de acordo com os interesses sociais em questão. A ética revela uma relação entre o comportamento moral e as necessidades sociais. Muitas definições restringem o comportamento moralmente válido como o caso do egoísmo, que não é moralmente aceito, visto que ninguém é moral para si, ele o é para os outros. A moral se estende para os grupos sociais e estes, tem a pretensão de que a sua seja universal ou pelo menos tenha caráter de universalismo.

A moral pode ser construída historicamente e ser afetada pelos acontecimentos, seus princípios e normas também podem sofrer modificações estabelecidas pelo tempo em que estão inseridas, visto que o comportamento humano não é imutável. Não podemos confundir doutrinas do passado com investigação ou esclarecimentos da moral, muitos são na verdade uma justificação ideológica de uma determinação moral, que por às vezes está ligada a certas necessidades sociais e por isso se elevam a categoria de universais, é necessário perceber e fazer a distinção imposta pelo tempo no desdobramento da moral nas sociedades.

A ética não é um instrumento de descrição da razão, ela deve explicá-la, mostrar a razão de ser da pluralidade e das variações morais, isso ajuda a entendermos certas práticas morais a que os homens têm recorrido ao longo dos tempos.

Não podemos confundir ética com moral, da mesma forma como não podemos confundir problemas teóricos com problemas práticos, embora ambos estejam estritamente ligados. “a ética não cria a moral” de acordo com Vázquez (2005). Como se constroem os aspectos ligados a moral?

“A moral se estabelece historicamente, a ética se depara com uma moral socialmente e historicamente estabelecida” (Vázquez, 2005). A moral é do seu tempo, com suas práticas em vigor. Cabe a ética determinar a essência da moral, seus princípios, juízos, natureza, ou seja, tudo aquilo que determina sua mudança e a alternância de diferentes sistemas morais, para tanto devemos assumir que

existem tais diferentes sistemas morais. A ética define-se por ser a teoria de comportamento moral dos homens em sociedades.

## 2.1 EXISTE UMA METODOLOGIA PARA ESTUDAR O COMPORTAMENTO MORAL?

O professor Vázquez (2005) diz que não se pode falar em uma moral científica, mas sim um conhecimento científico da moral, moral não é ciência, mas objeto dela. Da ética não se espere a descrição de normas ou suas prescrições, sua tarefa é explicar a moral.

Moral segundo dicionário de filosofia (Abbagnano, 2000). Este adjetivo tem, em primeiro lugar, dois significados correspondentes aos do substantivo moral: 1º atinente á doutrina ética, 2º atinente á conduta e, portanto, suscetível de avaliação moral, especialmente da avaliação moral positiva. Assim não só se fala de atitude moral para indicar uma atitude moralmente valorável, mas também coisas positivas valoráveis, ou seja, boas. Entendemos que como citado no dicionário “atitude moralmente valorável” depende das circunstâncias históricas e sociais a que estão submetidas, como anteriormente mencionamos.

Ética em geral é uma ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1ª, a que considera como ciência do fim para qual a conduta dos homens deve ser orientada e a dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto a natureza dos homens, 2ª a que considera como ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta. As duas são completamente diferentes. A primeira fala a língua do ideal para qual o homem se dirige por sua natureza e, por conseguinte, da natureza, essência ou substancia do homem. Já a segunda fala dos motivos ou causas da conduta humana ou das forças que a determinam pretendendo ater-se ao conhecimento dos fatos. (Abbagnano, 2000)

A ética das virtudes, segundo Aristóteles, são as que correspondem à parte apetitiva da alma na medida em que esta é moderada ou guiada pela razão. “O homem quando ético é o melhor dos animais, mas separado da lei e da justiça, é o pior de todos”. Essa sentença de Aristóteles coloca a justiça como estabelecadora da convivência entre as pessoas. Segundo Rawls (2000) “a justiça é a virtude da

cidadania e da ordem jurídica”. A sociedade é uma comunidade de comunidades regida pelo princípio da justiça.

Essas definições permitem-nos em partes discutir algumas considerações feitas pelos autores mencionados anteriormente, sem ter a pretensão de uma análise mais elaborada com vistas a uma crítica sistematizada, mas buscar a compreensão dos modelos propostos por cada um. Segundo o professor e pesquisador Pegoraro (1995) no seu texto “Ética é Justiça” o fazer da Ética e administrar encruzilhadas da vida e os conflitos de liberdade, por um lado, aponta os caminhos da construção pessoal e coletiva e por outra adverte contra a ameaça da autodestruição.

No texto de Aristóteles (2007) a alma abriga três espécies de coisas, paixões, faculdades e disposições de caráter, a virtude pertence a uma delas, as paixões são sentimentos acompanhados pela dor e prazer, das faculdades, coisas que somos capazes de sentir, de irar e de nos magoarmos ou compadecermos. No caráter encontramos a nossa virtude de tomada de posição a serem boas ou más as nossas paixões. Virtudes e vícios não são paixões, não se considera alguém bom ou mal devido as suas paixões e sim devido às suas virtudes e vícios, por essas somos louvados ou censurados. Com respeito às paixões, somos movidos, mas, em relação às virtudes e aos vícios temos disposição para tal. Como também virtudes e vícios não são considerados faculdades, ninguém é bom ou mau pela simples capacidade de sentir paixões. Possuímos faculdades por natureza, mas não nos tornamos bons ou maus por natureza.

O que são virtudes então? São disposições de caráter. O que propõem a ética Aristotélica? Que pela prática das virtudes morais e pelas luzes da fé o homem pode construir uma vida digna, conferindo-lhe até um sentido transcendental. No texto “Ético é Justiça” de Pegoraro (1995) a ética aristotélica propõe a superação do conflito pela política das virtudes morais que aos poucos, subordinam a razão. Quando isso acontece o homem torna-se senhor de si mesmo.

Na ética aristotélica a prática da justiça é um meio para o ser ético, a justiça também é uma virtude moral. Para Aristóteles a justiça está no centro do sistema da sua teoria. Para São Tomas de Aquino os 10 mandamentos estão concentrados na prática da justiça em relação às criaturas, em relação ao próximo e em relação a Deus. O homem deve dominar a Terra, não faça aos outros o que não queres que

façam a ti e em terceiro lugar, Deus o autor de nossas vidas, a que devemos reverência e culto. Para o professor Pegoraro (1995) essa ordem prescreve três atitudes fundamentais sintetizadas na justiça de São Tomás de Aquino: a) posse respeitosa das realidades terrestres, b) reconhecimento incondicional dos seres humanos sem nenhum tipo de distinção, c) culto a Deus, criador do mundo e dos homens. A existência humana está inscrita num plano universal de harmonioso, no entanto a concretude desse plano não é nada fácil, a natureza humana luta para subordinar a matéria pela razão que tenta comandar as paixões, desejos e sentimentos.

## 2.2 A ÉTICA DAS VIRTUDES

“O triunfo da virtude é a vitória do homem sobre si mesmo que, conquistando a harmonia interior, tornando-se senhor de si. Essa situação é vivida com alegria, paz e confiança: o homem virtuoso deseja passar a vida consigo mesmo, a lembrança de ações passadas tem para ele beleza e graça e, quanto às ações futuras, suas esperanças são aquelas de um homem de bem e nesta qualidade lhe são igualmente agradáveis.” (Aristóteles,2007). Aristóteles neste ponto pergunta-se? ‘Se estas matérias e as virtudes foram suficientes tratadas e suas grandes linhas, poderíamos crer que nosso trabalho está completo? Resposta. “Se considerarmos que a ética não visa à especulação, e sim a prática, a resposta será negativa. Não é para saber o que é a virtude, em sua essência, que este trabalho foi empreendido, mas para tornar-nos virtuosos”. Assim Aristóteles abre caminho do topo da ética na convivência política sob o comando da virtude moral da justiça. Quando citamos anteriormente que ninguém é virtuoso para si, agora entendemos que o homem é um animal político e que atinge sua realização de sua natureza na comunidade. “Ninguém é feliz sozinho, o homem solitário é inexplicável” (Aristóteles,2007).

Como Aristóteles determina um fim para esta comunidade? “A luz do principio da finalidade levanta-se todo o edifício da política, determinar a finalidade da *Polis*”. A *Polis* é a suprema finalidade para a vida com virtudes e justiça. Essa é a virtude na comunidade, ou seja, a virtude do cidadão que vive ou pelo menos deveria viver pensando no bem estar da comunidade, revelando assim um ser virtuoso e político.

“Os homens não se associam somente em vista da existência material, mas, sobretudo em vista da vida feliz, nem se associam para formar uma simples aliança defensiva contra uma injustiça, pelo contrário a *Polis* é a comunidade de famílias e aldeias reunidas numa

vida perfeita e independente, vivendo conforme a felicidade e a virtude, a comunidade política existe para a realização do bem e não apenas para viver em sociedade". (ARISTÓTELES, 2007, p.54 (a))

Entendemos com isto que na filosofia aristotélica a lei é um complemento da justiça e que possui função corretiva, para Pegoraro (1995), o legislador de Aristóteles é um interprete provisório e falível dos sentimentos virtuosos e justos dos cidadãos. A justiça é um meio de apaziguar as diferenças dos homens. Os seres humanos são mutáveis.

Historicamente as condições de desigualdade entre os homens foram reforçadas a partir do aumento geral da produtividade, a produção material foi elevada a uma quantia para que se pudesse estocar, porque não eram usadas para o consumo imediato dos homens. Surge assim a diferença dos bens entre os homens. Esse se torna apropriação privada, ou seja, o produto do trabalho alheio é o chamado antagonismo entre pobres e ricos. A sociedade antiga foi dividida segundo classes antagônicas, homens livres e escravos, de certa forma isso representa uma divisão moral. Então podemos aceitar uma divisão moral no mesmo tempo histórico? Nesse caso segundo Vázquez (2005), sim, a moral dominante é aceita como verdadeira e a dos escravos que rejeitavam a moral vigente na medida em que tomavam consciência da liberdade. A moral dos livres tinha sua justificação em doutrinas éticas da antiguidade, especialmente em Sócrates, Platão e Aristóteles. Os traços desta moral estreitamente relacionada com seu caráter de classe desaparecem junto com a sociedade escravista, não significa, no entanto que seus traços sejam perecíveis. A moral ateniense era intimamente ligada à política na organização da relação entre os membros da comunidade, Daí a exaltação das virtudes cívicas, referindo-se sempre aos homens livres, cuja liberdade tinha como base a instituição da escravidão. Aos escravos a negação de uma vida política moral. Na sociedade feudal, o regime econômico-social se caracterizava pela divisão em duas classes sociais fundamentais, os senhores feudais e a dos camponeses servos. A moral da sociedade medieval corresponde às suas características econômico-sociais e espirituais, com o papel exercido pela igreja na época, a moral estava repleta de religiosidade, esse poder era aceito por todos e garantia uma espécie de unidade moral. Porém, na época havia uma grande e rígida divisão social, o que de certa forma gerava o que Vázquez (2005) chama de estratificação moral, uma pluralidade de códigos morais. Havia o código dos nobres, das ordens

religiosas, código das corporações, etc. No interior da velha sociedade feudal deu-se a gestação de novas relações sociais às quais deviam corresponder a uma nova moral, isto é, um novo modo de regular as relações entre indivíduos e entre a comunidade. Nasceu e se fortaleceu uma nova classe social, a burguesia, possuidora de novos e fundamentais meios de produção, aos poucos uma nova classe de trabalhadores livres que um salário vendia a sua força de trabalho, uma mercadoria de troca. Neste sistema econômico social a boa ou má vontade individual, as considerações morais não podem alterar a necessidade objetiva imposta pelo sistema, de que o capitalista alugue por um salário a força de trabalho de um operário e o explore com fim de obter mais valia. A sociedade se converte assim em um campo de batalha no qual se trava uma guerra de todos contra todos. Vázquez (2005) afirma que a moral vivida na sociedade está de acordo com os interesses antagônicos fundamentais em que nela são criados. Vázquez (2005) também coloca como condição primordial para a superação desse desvio social a abolição do homem pelo homem e da submissão econômica e política entre os povos, como uma verdadeira moral humana, universal e com o desaparecimento dos interesses antagônicos pode se estabelecer a realização do princípio kantiano, que considera o homem como um fim e não como um meio.

O progresso moral: O progresso histórico por si não garante a igualdade para todos os povos em escala global, como também não se garante que o progresso moral reduza-se ao progresso histórico, muito embora os dois tenham uma ligação bastante significativa. O que se entende por progresso histórico social? A articulação entre as estruturas econômicas, sociais e espirituais das sociedades. Nas forças produtivas é que está expressa o domínio do homem sobre a natureza ou o seu grau de liberdade com respeito à necessidade natural, o tipo de organização social e o grau de participação dos homens na sua prática social podem ser considerados como índice da medida de progresso humano (ciência, arte, direito educação, etc.). Até hoje o progresso não foi o resultado de uma atividade planejada, consciente, o progresso histórico é fruto da atividade coletiva dos homens como ser consciente, mas não de uma atividade comum consciente. Portanto, podemos dizer que o progresso histórico-social cria e afeta de várias maneiras o progresso moral, tanto de maneira positiva como negativa. O progresso histórico não pode ser avaliado ou julgado moralmente, visto que não é fruto da articulação consciente e livre dos

homens, o julgamento moral é possível quando a responsabilidade pode ser assumida pelo agente moral, portanto não devemos transformar o abjeto moral a ponto de aprová-lo ou reprová-lo, não posso julgar moralmente um fato histórico, quando não se trata de um resultado visado, livre e consciente.

Com isso afirmamos que o progresso histórico ainda que crie as condições para o progresso moral e traga consequência positivas para este, não gera por si só um progresso moral, porque os homens não progredem sempre na mesma direção moralmente boa, mas também através da direção má, isto é, pela violência, o crime ou a degradação moral. (VAZQUEZ, 2005, p.45).

Como medimos o progresso moral? Pela ampliação da esfera moral na vida social, estas se estabeleceram negando normas externas ou estímulos materiais, para fazer delas um assunto íntimo do sujeito, um particular capaz de regular a sua moral e ainda o estimular no estudo e no trabalho, também representam ampliação da esfera moral e sem dúvida um progresso moral. Outro aspecto é a determinação moral da moral pelo caráter consciente e livre do comportamento dos indivíduos ou do grupo social, e, por conseguinte o crescimento da responsabilidade desses indivíduos ou grupos no seu comportamento moral. Quanto mais ampla for à margem para aceitar consciente e livremente as normas que regulam as suas relações com as demais, o progresso moral será inseparável do desenvolvimento da livre personalidade. Somente o homem livre por ser pessoa pode assumir a responsabilidade de seu comportamento pessoal. A elevação moral a um nível superior exige tanto à superação do coletivismo primitivo no âmbito do qual, não se podia desenvolver livremente a personalidade, como a do individualismo egoísta na qual o indivíduo se afirma á custas da realização dos demais. A moral superior deve combinar os interesses de cada um com os interesses da comunidade, o livre desenvolvimento do indivíduo esteja ligado aos interesses do livre desenvolvimento da comunidade. Assim o aspecto moral, não consiste na negação radical dos velhos valores, na conservação ou incorporação de novos valores e virtudes morais, verifica-se somente sobre a base de um progresso moral-histórico que, condiciona essa negação, superação ou incorporação, fator que tornam evidente a sucessão de determinadas morais por outro em forma de ascensão.

### 3 ÉTICA KANTIANA

Kant representa o ponto de chegada de um movimento que remonta ao final da idade média, segundo o qual a ética consiste num equilíbrio entre lei e liberdade, por outro ele é o lugar de referência e de reflexão ética posterior, de acordo com Pegoraro (2005). Para Kant a vontade livre e legisladora dá a si a norma do agir moralmente. Em Kant diferentemente de Aristóteles e Tomás de Aquino onde a vontade é irracional, subordinada a razão, ele exalta a boa vontade como razão pura prática responsável pelo agir moral. Pela razão pura prática o homem torna-se senhor de si, autolegisador e independente das determinações empíricas. A obra kantiana é um marco teórico da ética como norma da moralidade, uma norma que determina todo o agir moral do indivíduo consciente e livre. Para Kant o homem está sujeito à variedade das inclinações, os humanos não são naturalmente éticos, não é uma atividade espontânea. Para isso ou por isso nos cercamos de normas que acabam representando um obstáculo da nossa sensibilidade.

Em Kant encontramos sempre o ponto e o contraponto na exposição das suas idéias, como no conflito entre a lei do dever moral e a lei de prazer e da satisfação sensível. A sensibilidade é uma resistência à razão, inclinação à violação da lei moral. Para Kant a sensibilidade não é má, o mal está em convertê-la em norma suprema, absoluta, seu resultado assim seria desastroso e nos conduziria ao egoísmo. A vida moral liberta-se do reino da sensibilidade, que nunca poderá fornecer um princípio moral universalmente válido. Em Kant a moralidade está na esfera da razão e a boa vontade inclui o conceito de dever moral, pois não sendo o homem espontaneamente moral, a norma da moralidade será um dever, um imperativo. Este só faz sentido quando a vontade pode correr o risco de desvio. O imperativo categórico é em primeiro lugar uma imposição da vontade de agir conforme o dever, em segundo lugar o imperativo determina que a ação moral consiste em agir conforme as máximas universais. “Age unicamente segundo a máxima que te leva a querer ao mesmo tempo em que ela se torne lei universal” (Aristóteles, 2007), ou seja, valha para todos.

Máximas são princípios práticos da vontade do sujeito. O agente se dá as máximas em forma de normas de sua vontade e age segundo a representação delas mesmas. O imperativo categórico não é um guardião moralista que examina regras objetivas, ele prescreveu orientação fundamentalista da vida, formas de

comportamento que possam ser universais, conforme Pegoraro (2005). E nesse sentido as regras são princípios determinantes da existência comparáveis as virtudes.

Em Kant, quando o homem torna-se senhor de si? No momento em que ultrapassa sua natureza, encontra seu verdadeiro ser, o ser moral, a natureza racional e prática, sua vontade livre e auto-legisladora é o fundamento do agir moral os apelos da sensibilidade nunca podem ser os princípios últimos na determinação do agir humano. A moral das normas kantianas supera a moral das virtudes aristotélicas, ela fala do dever nas obras éticas, a virtude em Kant é a obediência ao dever ou á lei moral. O imperativo categórico segundo Pegoraro (2005) é meta-critério que julga os outros critérios. “O fulcro da moralidade é a vontade livre e auto-legisladora.” (Pegoraro, 2005)

### 3.1 POR QUE UMA EDUCAÇÃO MORAL EM KANT?

Para Kant a disciplina é capaz de transformar a animalidade em humanidade, e que os seres humanos necessitam da muito da disciplina e da instrução, quase como se fosse uma exigência a que os seres humanos não podem deixar de se submeter. Esses cuidados devem ser tomados desde a infância do indivíduo. Kant justifica sua tomada de posição afirmando logo na introdução de sua obra Sobre a Pedagogia que:

“O homem é a única criatura que precisa ser educada”, para Kant diferente dos animais que são fruto de seus instintos, os homens têm a necessidade de sua própria razão, forma por si só um projeto de conduta. No entanto esse projeto não se realiza imediatamente, o estado de seu nascimento não o permite, “outros devem fazê-lo por ele. (KANT, 1999, p. 67).

A espécie humana extrai de si, as qualidades naturais que pertencem à humanidade. Um homem é capaz de compreender os códigos da civilização que lhe são transmitidos e no que diz respeito ao processo de aprendizagem que se dá no contato entre os semelhantes, assim, uma geração educa outra. A disciplina para Kant tem objetivos de frustrar as inclinações naturais do homem e assumir um caráter tomado a princípio como negativo. Esse caráter negativo provavelmente está relacionado à frustração de se submeter a determinadas leis. Segundo Kant (2003), o homem possui uma inclinação natural à liberdade e que quando acostumado a ela, não a abandonará com facilidade. Por isso esse aprendizado deve ocorrer bem

cedo, assim que as crianças sejam mandadas a escola. Com isso o homem acostuma-se aos preceitos da razão. Como Kant separa o trato entre disciplina e instrução? “O homem não pode tornar-se um verdadeiro homem se não pela educação” Kant (1999). O homem é então um projeto moral a partir da educação que recebe de outros homens, que também receberam de outros. O homem irá reproduzir aquilo que aprendeu. A educação é uma experiência que produz o avanço da humanidade na direção da perfeição do homem. Kant tenta romper a disciplina da instrução da seguinte maneira, “quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto, quem não tem disciplina é um selvagem” Kant (1999).

Educação e disciplina se apreendem e são necessárias na formação humana apartada do seu estado bruto. Kant vislumbra na educação o entusiasmo sob uma perspectiva de um futuro feliz da espécie humana. A educação deve produzir humanidade, a partir disso o homem irá procurar sua distinção, os indivíduos quando educam seus filhos não poderão fazer que estes cheguem a atingir a sua distinção. Esta finalidade, não pode ser atingida pelo homem singular, mas unicamente pela espécie humana. O que Kant está provavelmente mencionando é de que não se pode praticar uma educação para desenvolver um sujeito único, mas que devemos praticar uma educação para desenvolver a humanidade no indivíduo. Um ser racional que, devido aos seus saberes se tornará ou atingirá a sua distinção. O homem extrai de si mesmo o bem.

O homem possui disposições para o bem sem a marca distintiva da moral, a educação pode produzir uma moralidade do bem.” Cada geração tem a posse dos conhecimentos das anteriores e está sempre melhor aparelhada para exercer a educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e assim, guie toda a espécie humana ao seu destino. (KANT, 1999, p.56)

Segundo Kant (1999), o homem tem toda espécie de disposições, portanto cabe ao homem desenvolver essas disposições para o bem e buscar a felicidade. Em Kant, educação e progresso são sinônimos? Segundo Pinheiro (2007) e Kant (1999) a ideia que permeia o pensamento kantiano na educação é a de progresso. O progresso como saída para o homem do seu estado natureza, o homem dotado de razão é impulsionado por ela a formar uma sociedade com outros, a fim de se cultivar, de se civilizar e de se moralizar. Segundo Pinheiro (2007), a razão também precisa ser educada, já que, por si só não pode proporcionar a inteira satisfação das

disposições do homem. Segundo Kant (1999), o homem moral está bem consigo, encontra satisfação em si. Kant deposita na origem e no progresso da educação duas formas de realização, uma é a fonte mecânica sem plano ordenado e a racionada. A mecânica é produzida por experiências úteis ou prejudiciais aos homens, enquanto que a razão desenvolve na natureza humana a possibilidade desta seguir o seu destino. Mas qual é o destino da humanidade?

Segundo Pinheiro (2007), o homem moral não é algo conhecido desde sempre, existe uma tendência humana de progredir infinitamente em direção a essa disposição. É um ideal do homem em prol da humanidade. Então o seu destino seria o fim último, o progresso entre gerações até que toda a humanidade venha desfrutar ou atingir um estágio de sociedade justa, com a liberdade, pois é esta a distinção para seres racionais. A questão agora é determinar, o que é a liberdade humana? Valemo-nos novamente da obra de Pinheiro (2007) e da sua interpretação da pedagogia kantiana, de que, é praticamente impossível definir concretamente a liberdade humana, uma vez que a parte sensível do indivíduo o levou a fazer uso abusivo de sua suposta liberdade, a educação esbarra frequentemente nesse problema “o mau uso da liberdade”. O estado primitivo é sempre o mais atrativo, pois aparenta ser um estado onde a liberdade reina por completo. Bem por hora colocamos aquilo que não é liberdade, o homem no seu estado de natureza. Kant define liberdade como algo que se apresenta na superação do estado natureza do homem. A disciplina leva a liberdade, a razão pode nos tornar dominadores dos nossos sentidos, a razão deve mandar. A quem cabe a educação das crianças? Para Kant essa tarefa é dividida entre os pais e o estado. Ambos deveriam se ocupar com uma educação que tenha como fim último o bem geral. Um bom projeto educativo deverá ser executado segundo Kant de modo cosmopolita. “A boa educação é a fonte de todo bem neste mundo” Kant (1999).

Um bom projeto educacional deve ter vistas não só produzir a habilidade, mas também uma educação moral e deve preparar os educandos a atingirem um grau mais elevado do que a geração presente. Kant (1999) determina quatro direcionamentos para a educação; disciplina, cultura, prudência e moralidade. A disciplina é imposta, externa e severa, deve reprimir dos seres humanos o seu estado selvagem. A cultura é tudo aquilo que pode ser apreendido, os homens habilidosos sabem que a cultura os levará a fazer coisas e os tornarão capazes de

aprender outras, não é um fim é um meio. Já o ser prudente sabe relacionar-se socialmente, sabe se portar e produzir sua posição entre outros para desfrutar de benefícios que somente o convívio social produz. O ser bom ou mau é produzido pela possibilidade que a moral apresenta, ser bom é uma necessidade social “bom são aqueles fins que são aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um”. Kant (1999). Kant sugere uma educação para o pensar , destaca princípios de análise de onde todas as ações derivam. A sociedade não pode de modo algum se descuidar da educação moral, não é uma questão que pode ser tratada com prática religiosa ou obediência a Deus, o bem em Kant tem seu valor intrínseco, o bem por ele mesmo e não uma ordem divina. Kant não admite a mecanização na educação ou na instrução, essas devem estar apoiadas em princípios, nenhuma geração pode conceber um modelo completo de educação, esse deve estar pautado sempre na experiência, na tentativa de acerto, por outro lado Kant faz reservas a uma educação pautada somente no julgamento da razão sobre aquilo que é bom ou mau. Destaca escolas onde o mestre tem liberdade de trabalhar segundo seus próprios métodos. Kant também separa a educação de individuo em dois períodos. “No primeiro período e educando deve mostrar sujeição e obediência passivamente o segundo é aquele em que lhe é permitido usar a reflexão e a sua liberdade, desde que se submeta uma e outra a certas regras. No primeiro período, o constrangimento é mecânico, no segundo é moral” Kant, Sobre Pedagogia. Nesses casos observamos que a escola é capaz de desenvolver mecanismos morais em relação ao sujeito, a escola kantiana não se desprende do sentido moral nos indivíduos, preserva a ideia de limites e não se isenta em dar regras. Mas por que a educação kantiana deve visar o bem? Em Kant esse é um ponto fundamental, a moral faz do homem um ser social, o bem é o fim último para o homem kantiano. Mas que bem é esse? A moral para o bem é a moral para a liberdade. Para Kant uma educação completa alia a instrução e formação moral. Kant destaca três regras que devem estar presentes na formação do sujeito.

É preciso dar liberdade as crianças, com a condição de não impedir a liberdade dos outros. Deve-se mostrar que ela pode conseguir seus propósitos, com a condição de que permita aos demais conseguir os próprios. E também é preciso provar que o constrangimento, que lhe é imposto, tem por finalidade ensinar a usar a sua liberdade, que a educamos para que possa ser livre um dia, isto é, dispensar os cuidados de outrem. (KANT, 1999. p. 55 ).

Nesse ponto Kant mostra todo o vigor de sua pedagogia, num sistema educacional que possa ser usado como mecanismo de valorização da moralidade para a liberdade tornando-se fundamental para que o indivíduo possa avaliar a sua posição em relação ao outro como membro da sociedade.

#### **4 EDUCAÇÃO MORAL! COMO?**

Extraímos do livro do professor Vasconcellos (1996), um trecho onde professores fazem queixa em relação à indisciplina. “A falta de interesse está muito grande. Os alunos estão dispersos, não respeitam mais o professor, estão vivendo em outro mundo. A tecnologia avançou demais e o professor infelizmente não acompanhou, ficou desinteressado, ficou desinteressante para eles. Eles estão acostumados a apertar o botão do videogame, de computador, a ver televisão e aí aparece o professor como apagador de giz. O professor não está conseguindo ter domínio, as aulas estão muito no passado, muito antigas. Os meios de comunicação ao invés de ajudar estão atrapalhando: programas muito violento. Não está existindo liberdade com responsabilidade. As crianças de hoje são bem mais espertas do que as de antigamente. A família não tem colaborado, os alunos vêm sem limites de casa. Geralmente há até convivência dos pais: o professor nunca tem razão. Há muitos problemas familiares. A própria família não sabe o que fazer, a mãe fala:” O que faço com ele? Vou matar?”. A disciplina em sala de aula extrapola totalmente e aí não tem jeito, só se bater e bater não pode. Eu não sei o eu fazer com a classe. Tem hora que da vontade de bater em todo mundo. Às vezes, o professor é completamente ignorado na sala de aula, você entra e parece que não entrou ninguém. Por que se dá tanta regalia para os alunos e o professor é tão esfolado em sala de aula? Com manter uma aula decente se você não tem material pedagógico, não tem condições de trabalho, não tem nada! Você vai punir o aluno a direção não deixa, o Estado não permite, os pais não permitem. Há também a indisciplina social, há muita impunidade na sociedade: as pessoas fazem coisas e não acontece nada com elas. Falta perspectiva ao jovem: não sabe para que estudar. Aluno diz “ eu vou ser jogador de futebol, não preciso de estudo! Às vezes, muitos de nós, profissionais da área, ficamos desmotivados, pois professor não ganha bem. O professor também se desmotiva: Ah, para que eu vou mudar? Para que vou fazer o meu planejamento assim? Ah uso o do ano passado! O que fazer quando aluno desrespeita professor e

depois dizem assim: “não me amole que hoje eu já fumei maconha”! Como explicar que a classe é disciplinada com determinado professor e com outro não! O que é para nós disciplina?

O Regimento Escolar confere, dá respaldo legal, dá estrutura e funcionamento da escola, bem como legalmente as definições pedagógicas propostas e defendidas pela unidade escolar e aquelas assumidas no próprio sistema de ensino. Deste modo, pensar o Regimento Escolar da Escola Pública significa pensar pela via democrática e, portanto, pela possibilidade de coletivamente definir o conjunto de normas, regras que traduzem o fazer pedagógico. “É pensar a organização didático-pedagógica, administrativa, curricular, disciplinar da escola pública no seu coletivo, entendendo que sua construção define a escola na sua essência”, segundo o texto da Coordenação de Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. (PARANÁ), SEED, 2009.

Comparativamente, os depoimentos de professores registrados anteriormente com o texto produzido pela Coordenação de Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação do Paraná dão a impressão que temos duas Escolas, uma pensada e outra que se verifica na prática. Se realmente o pensar pedagógico aplicado na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola de onde derivam todas as suas práticas conferissem ao regimento escolar a essência do equilíbrio no funcionamento da escola, todos os problemas e de qualquer espécie estariam resolvidos, inclusive aqueles que remetem a julgamento moral. A escola bem ou mal está no mesmo tempo moral que seus alunos, professores e toda a comunidade escolar, fazem parte desse tempo histórico. Acreditamos é que, se existe um mecanismo de intervenção moral sobre o indivíduo da qual a escola faz parte, a escola deveria ter respaldo de toda a sociedade e ter definidas concretamente essas atribuições, além disso, se as relações morais são produzidas por seres concretos, também a escola precisa concretamente definir sua posição frente às questões morais na sociedade, a escola esta refletida na sociedade, mas a sociedade também pode ser refletida na escola.

Kant (2008) cita que o uso prático da razão consiste na prescrição das leis morais, e que, todas elas conduzem à ideia do supremo bem possível no mundo, a saber, a moralidade, na medida em que essa somente é possível mediante a liberdade. Isso nos remete a uma questão que deveria ser amplamente debatida nos

meios escolares, será que a escola da conta de ampliar a esfera moral dos alunos mediante a liberdade que é própria dos seres humanos? Kant prescreve que a razão humana necessita admitir que o bem é dependente da inteligência e que o valor moral das coisas não são extraídos mediante a estímulos ou no cumprimento obrigatório deles, a moralidade portanto não é um ideal a ser alcançado, ela o é e pronto. Para isso creio que caberia a educação contemplar a moralidade em si e ocupar-se da educação da razão humana, e que, este seja um ideal a sabê-lo.

A razão nada sente, compreende sua deficiência e realiza pela tendência ao conhecimento o sentimento da necessidade. Acontece aqui o mesmo que com o sentimento moral, que não produz nenhuma lei moral, pois esta última surge inteiramente da razão, enquanto o sentimento moral é causado ou produzido pela lei moral, portanto, razão, na medida em que a vontade em ação, e, contudo livre, exige motivos determinados. (KANT, 2008, p.53)

A lei moral é produzida pela razão impulsionada pela vontade, logo isso é do indivíduo, na maioria das vezes observamos que a escola usa um discurso de si para si, aborda esse tema como se fosse uma grande massa abstrata da sociedade contemporânea, leva pouco ou nada em conta os mecanismos de construção moral dos indivíduos, a escola não deve confundir ação moral com especulação moral. Por exemplo, se em uma determinada escola, no dia da árvore, em uma atividade programada, os alunos fossem reunidos para realizarem um projeto cujo objetivo é plantar mudas de espécies nativas na rua onde se localiza sua escola, por mais louvável que seja, o fato é que, não existe aí nenhuma garantia de que esse indivíduo será em um futuro próximo um guardião do meio ambiente, principalmente se essa atividade pedagógica foi desenvolvida como uma atividade intelectual especulativa. Segundo Kant (1999), a fé se opõe ao saber, e que, a admissão das coisas como verdadeiras por progredir, aos poucos, de um grau de inteligência a outro. Kant A História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita. Para Kant muitas tomadas de decisões pelo sujeito trata-se apenas de uma opinião. “Mas esta opinião, contemplando-se progressivamente com motivos da mesma espécie, pode-se finalmente tornar-se um saber”. (KANT, 2008, p.55).

Quando Kant cita a passagem contemplando-se progressivamente com motivos da mesma espécie está mencionando toda a humanidade e que o saber torna-se saber por motivos determinados por essa espécie. Na segunda preposição da obra ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita, Kant

assim descreve o desenvolvimento da razão: “é a faculdade de ampliar as regras e os propósitos do uso de todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece nenhum limite para os seus projetos” (KANT, 1999). Se Kant crê não haver limite para a expansão dos projetos intelectuais que levam o homem muito além dos seus instintos, temos então que este mesmo homem cria e recria constantemente o seu agir moral fruto da sua razão. Ela, todavia, não atua sozinha de maneira instintiva, mas ao contrário necessitam de tentativas, exercícios e ensinamentos para ser cosmopolita. (6) Kant vai além, mencionando o fato de a vida humana ser muito reduzida em seu tempo e que seriam indefinidas o número de gerações para que a humanidade atingisse um grau de desenvolvimento adequado ao seu propósito. Portanto, mesmo que sejam qualidade desejáveis, o fato do indivíduo participar de boas ações como a de plantar árvores na rua de sua escola é pouco provável que o faça com valor ou querer em si, mais sim com uma visada de realização.

Uma pura fé racional é, portanto o guia, ou a bússola, graças ao qual o pensador especulativo orienta-se em suas incursões racionais no campo dos objetos supra-sensíveis e podem indicar, de modo completamente adequado, ao homem de razão comum, mas (moralmente) sadia seu caminho inteiramente adequado, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, há completa finalidade de seu destino. (KANT, 2008, p.57).

Nesse caso poderíamos analisar que, provavelmente um bom projeto escolar (moralmente sadio) executado em condições e na situação citada anteriormente teria a pretensão de se tornar no seu uso prático e teórico uma boa bússola na orientação do campo racional do indivíduo. O conceito para Kant é o fio condutor para determinar a existência das coisas, as coisas não se dão por intuição “a fé racional deve precedê-la e em seguida certos fenômenos ou manifestações poderiam dar oportunidade a investigação” (Kant, 2008, p.60)

Segundo Kant (2008) todos os conceitos morais, e aqui queremos grifar a razão humana mais vulgar, tem sua sede e origem “*a priori* na razão” que leis morais devem valer para todo o ser racional em geral e deduzidas de conceitos de universalidades de um ser racional em geral. Não se trata de agir por puro dever como usamos no exemplo anterior, é necessário determinar o conceito de agir pelo dever. Incluímos a nossa pesquisa, um pequeno questionário aplicado a professores de filosofia que atuam na rede pública de ensino, essa pesquisa não tem a

pretensão de relacionar questões específicas do ensino de filosofia , mas, discutir a possibilidade do ensino da virtudes morais nos bancos escolares. Sua relevância na prática docente e comentários dos dados coletados sob um olhar kantiano daquilo que se compreende por virtudes morais. As questões aplicadas seguem a mesma ordem aqui expostas: 1) O que você compreende por moral? 2) você considera o sistema educativo como um mecanismo (experiência) moral do indivíduo? 3) Que virtudes morais você considera importante na formação humana dos educandos? 4) A escola atual se preocupa com o tema ligado as virtudes morais do seus educandos? 5) Dá conta de ensiná-los? 6) É possível lançar mão de recursos didáticos para ensinar virtudes morais aos alunos? 7) Virtudes nas escolas, são tratadas como informações importantes daquilo que é um sujeito ideal ou são experiências didáticas ousadas realizadas com vistas a formação humana?

As respostas e posterior análise por uma questão didática serão apresentadas da seguinte maneira: 1º as respostas subjetivas correspondentes as questões 1,3 e 6 serão comentadas a partir de pequenos recortes transcritos dos textos produzidos pelos professores, usaremos siglas para identificar a questão e a prova, a questão número 1 será identificada pela letra A, a de número 3 pela letra C e a número 6 pela letra F, também será acrescentado a cada letra um número que identifique a prova, por exemplo A2, corresponde a questão 1 da prova número 2. As demais questões também serão comparadas a partir deste critério, porém não serão usados recortes, pois as mesmas são questões objetivas com respostas de sim e não cabendo a nós ao final dos questionários trazerem uma reflexão à luz da teoria kantiana das virtudes morais. A1, "Conjunto de regras que direcionam a conduta de um povo". A2, "conjunto de princípios que determinam o agir humano". A3, "Conjunto de valores de uma pessoa ou sociedade". A4, "Conjunto de valores, normas, regras, leis, como o objetivo de possibilitar a vida em sociedade". A5 "Conjunto de regras aceitas por um determinado grupo social". As demais respostas que vão de A7 até A10 repetem as respostas transcritas até agora. C1, "Convívio em sociedade". C2, "A bondade desinteressada". C3, "Respeito". C4 "Honestidade, solidariedade, justiça e respeito". As respostas encontradas em C5 até C10 repetem as mesmas respostas sobre quais as virtudes morais para os professores entrevistados consideram importante na formação humana dos educandos. As respostas encontradas na prova "F" sobre a possibilidade de lançar mão de recursos didáticos

para ensinar virtudes morais aos alunos foram as mais diversificadas, mas sempre usando como recurso certas comparações, como filmes, teatro, trabalhos realizados por ONGs, músicas. Nas respostas das provas B1 até B10, todos os professores foram unânimes em optar pelo “sim” como resposta a pergunta sobre o sistema educativo ser um mecanismo de construção moral do indivíduo. D1 e D4 apontaram “sim” para a questão relacionada a preocupação da escola atual em relação a temas ligados as virtudes morais. As demais (D2, D3, D5, D6, D7, D8, D9 e D10) indicaram o não como resposta. A mesma proporção da questão D está representada na questão F. A questão G segue esse mesmo padrão de resposta, sendo que, oito delas indicam que virtudes morais nas escolas são usadas como informações importantes daquilo que é um sujeito ideal e apenas duas fazem referência as virtudes morais serem exposições didáticas ousadas realizadas com vistas à formação humana.

Quando optamos por inserir o questionário aos professores que atuam com ensino de filosofia para ensino médio, tínhamos em mente verificar se, de certo modo, poderíamos interpretar os dados relacionando seus resultados com princípios kantianos na educação. É possível que, a partir de experiências pedagógicas o sujeito possa tomar posse de certas virtudes morais? Os professores são unânimes, ao afirmar que a escola atual tem em mente um sujeito ideal, porém, as atividades que vão ou são estabelecidas para ir de encontro há formação moral são deveras pobres. Também é correto dizer que na leitura das respostas, os docentes fazem apontamentos sobre ser o sistema educacional um mecanismo rico em experiências morais. O pesquisador Sponville (2009), analisa sob vários aspectos as virtudes que constituem um sujeito ideal. Kant é por ele mencionado várias vezes e usado como referência. Nesta obra algumas das virtudes sinalizadas pelos professores que responderam o questionário são tratadas de forma aberta e clara.

Sponville (2009), atribui a polidez o princípio de todas as virtudes, a origem de todas, mesmo que, seja a polidez um valor ou uma virtude puramente normal, como se fosse uma virtude de etiqueta. A polidez não tem pretensões morais, considerada isoladamente é mais estética do que moral. Segundo o texto a polidez em certas pessoas pode mascarar um mau odiável, uma educação sem a qual sua maldade, de certa forma seria desculpável. (SPONVILLE, 2009, p.14). A certa comparação entre o sujeito polido e mau e um ato grosseiro de um selvagem, o selvagem é

desculpado o outro é dotado de civilidade, e por isso não é desculpado. Não pronunciar palavrões, não interromper pessoas, não roubar, são proibições apresentadas às crianças como uma coisa “feia de se fazer”. Segundo Sponville (2009), a distinção entre o que é ético e o que estético virá com o passar dos anos para o indivíduo. Kant diz que “não se pode deduzir o que se deve fazer do que se faz”. No entanto é isso que a criança é obrigada e segundo Kant também é unicamente por isso que a criança se torna humana, e ele só o é pela educação que recebe. Como já citamos anteriormente a disciplina transforma a animalidade em humanidade. Se polidez não é uma virtude em si, ele é o degrau para a interiorização, par a liberdade das aparências do interesse como fim último concentrada na intenção. “A polidez é como moral uma moral do corpo, uma ética do comportamento, um código de vida social, um cerimonial do essencial”. (SPONVILLE, 2009, p.16). Nenhuma virtude é natural, é preciso tornar-se virtuoso, para Aristóteles “é praticando as ações justas que nos tornamos justos”. Quando criança é pela disciplina normativa, mas não aquela de policia e sim a da polidez que se impõe a oportunidade de virmos a ser virtuosos. A polidez não é uma virtude, é sim essencial durante a infância, uma ginástica da expressão, que, nos seres inteligentes e virtuosos não podem estar apartadas dela. Não é uma criança polida que esperam o professores? Se fosse o caso seria então uma mera questão estética e isso é fácil de ensinar. “A polidez não é tudo, é quase nada, mas o homem, também, é quase um animal”. (SPONVILLE, 2009, p.21). A fidelidade é uma virtude de memória, é a própria como virtude. Fiel a que e a quem? Ser fiel ao pior é pior que renegá-lo. Ser fiel a verdade é recusar-se a mudar idéia sem boas e fortes razões, é dar por verdadeiro até um novo exame, o que uma vez foi clara e solidamente julgado, segundo Sponville torna-se o direito de mudar de idéia, mas apenas quando é um dever, fidelidade a verdade é antes de mais nada ser fiel ao pensamento ou seja ao próprio pensamento. Para Kant, a fidelidade é um dever, mas não que o dever seja reduzido à fidelidade. A lei moral não tem tempo, está sempre posta a nós, então a fidelidade que o dever impõe para Kant é apenas um caso particular do dever e a ele se reduz. A fidelidade está subordinada á lei moral não a lei moral a fidelidade. A prudência “se a polidez é a origem das virtudes, a fidelidade é o seu princípio e a prudência sua condição”. (SPONVILLE, 2009. p.37).

A prudência é uma das quatro virtudes cardeais da antiguidade e da idade média. Kant não via nela uma virtude, apenas amor em si esclarecido, porém não condenável, mas sem valor moral, a prudência é vantajosa demais para ser moral, o dever, absoluto demais para ser prudente. Para Aristóteles trata-se de uma virtude intelectual, a prudência é a disposição que permite deliberar corretamente sobre o que é bom ou mau para o homem, é que pode ser chamado de bom senso, mas sempre a serviço de uma boa vontade. “A prudência é como um saber viver real e não simplesmente aparente como a polidez”. (SPONVILLE, 2009, p.40). A prudência é o que separa a ação do impulso, para Cícero, a prudência faz às vezes do que é o instinto para os animais. Em um sentido moderno do termo a prudência é aplicada ao termo precaução, e em sentido restrito, a mesma, está condicionada a virtude. Mesmo que não diretamente, algumas das questões abordadas no questionário junto aos professores são pertinentes ao agir humano, individual ou em sociedade, podendo chamar de prudência e transformá-la em bom senso, temos então que, admitir que há uma certa necessidade pelo olhar do outro dessa ou daquela maneira. Passa por um processo de educação baseada na diferenciação desses modos, para a criança a prudência por longo tempo está submetida ao poder dos pais. Segundo Kant, a moral comanda, mas a diferenciação de moral e prudência só será imposta na idade adulta. Segundo Sponville (2009), precisamos de uma e de outra solidariamente. Moral sem prudência é moral vã ou perigosa, diria Spinoza, é imprudente ouvir apenas a moral, e é imoral ser imprudente. Kant diria que a prudência só é virtude a serviço do bem, ou, simples talentos ou qualidades de espírito ou de temperamento. A justiça, para Kant é boa em si, como também a boa vontade, cumprir seus deveres, por certo, mas, não a custo da justiça, nem contra ela. Aristóteles dizia que a justiça é a virtude completa “todo valor a supõe, toda a humanidade a requer”. (SPONVILLE, 2009, p.70).

O professor Sponville (2009) faz algumas críticas a Kant dando a entender que o filósofo é um tanto utilitário no conceito de justiça “porque se a justiça desaparece, é coisa sem valor o fato dos homens viverem na Terra”. Poderia ser justo, para a felicidade de quase todos, sacrificar alguns, sem seu acordo e ainda que fossem completamente indefesos, ora, é o que a justiça proíbe, ou deveria proibir. Rawls afirma que a justiça é mais e melhor do que o bem estar e a eficácia, e não poderia ser sacrificada a eles, nem mesmo em nome da felicidade da maioria.

Sponville (2009), comenta ainda que em nome de que, mesmo a felicidade, mesmo o amor não valeriam nada sem justiça. Ao que parece, ser injusto por qualquer que seja o motivo é ser injusto da mesma forma. Sobre a justiça podemos ler em Platão, é que é a reserva da cada um sua parte, seu lugar, sua função, preservando assim a harmonia hierarquizada do conjunto. A justiça como vontade geral prescreve que, lei é lei, seja justa ou não, uma justiça como valor da igualdade e equidade, e então seria uma virtude. São justos aqueles que ensinam ou versam sobre justiça? Como os alunos podem se transformar em pessoas mais justas? É possível aprender a ser justo? Justiça no sentido mais kantiano de coexistência, com a liberdade do outro pode ser ensinada a partir de experiências pedagógicas? Se é necessário praticar ações justas para nos tornarmos justos, sim. As experiências pedagógicas podem ser ricas em ações, mesmo porque a moral antecede a lei. Os professores que responderam nossas perguntas por meio de um questionário usaram o artifício do exemplo como prática pedagógica docente para expor questões ligadas a valores morais. Então, seria necessário trabalhar esses conceitos com os alunos, mas só é uma virtude para aqueles que as praticam ou as fazem. Não são raros os acontecimentos intramuros de uma escola onde o conceito de justiça pode ser explorado, mesmo que de início seja aquilo que Kant denomina de senso comum, que é a bússola de mão indicando o homem livre e autônomo de Kant. “Educação intelectual; capacidade de pensar autonomamente”. (PINHEIRO, 2007, p.86).

Na leitura do texto do professor Celso sobre a pedagogia kantiana há uma relação entre práticas de jogos como uma finalidade refletida no trabalho organizado, “mais do que um simples divertimento, sua verdadeira intenção progride em direção à transcendência do ser” (PINHEIRO, 2007, p.88).

O desenvolvimento da razão se dá através do trabalho pedagógico e por ele o caminho desse desenvolvimento. No mesmo texto Pinheiro (2007) destaca a observação de Philonenko sobre ser o trabalho fator de coação e vontade, obediência e liberdade, sendo a educação um reflexo do cumprimento dessas tarefas. A educação kantiana vale-se de uma ordem para o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, valendo-se da cultura dos sentidos e da cultura das idéias. Gostaria de fazer um parêntese sobre algumas considerações em relação ao encaminhamento ligado a educação que demos até agora; a educação como caminho a ser seguido de forma ordenada, racional, assegura que o homem se faça

homem. Uma vez que, é dessa maneira e pelo trabalho que se distingue. Também assim o seria com as virtudes? Provavelmente sim, já que pelo desenvolvimento o homem pode atingir a cultura do sentimento moral. Nas respostas dos professores de filosofia ao questionário aplicado, apontam: Respeito, honestidade, solidariedade e justiça entre outras, virtudes morais importantes na formação humana dos educandos, e que, a escola atual se preocupa com o tema ligado as virtudes, porém, quando indagados sobre se a escola atual dá ou não conta de ensiná-las, a resposta foi não. Como desenvolver sobre a perspectiva kantiana esses ensinamentos?

Segundo Pinheiro (2007) o julgamento possibilita o desenvolvimento do exame, tornando a criança capaz de contornar, dominar e vencer as situações onde o exame se faz necessário, mesmo sendo a capacidade de julgar algo que não se ensina, é possível exercitá-la. Preparar a criança para aprimorar essa faculdade melhorando o entendimento em suas regras. Esse homem para Kant é o homem cultivado, aquele que renuncia o ser sensível e anárquico. Não se trata de um modelo de catecismo para as crianças, mas sim, um modelo que libere o aluno a fazer uso da sua razão, para Kant, apresentar às crianças problemas da vida cotidiana para efetuarem um julgamento a fim de discernir culpados ou inocentes, é na verdade a aplicação do método maiêutico socrático. Outra pergunta aplicada aos professores: é se seria possível lançar mão de recursos didáticos para ensinar virtudes morais aos alunos? Os professores responderam que sim, e como comentamos anteriormente, esses recursos didáticos seriam certos filmes, músicas, etc. Com esses exemplos e que de certa forma poderíamos associar ao método maiêutico socrático a fim de desenvolver de maneira mais eficaz essa qualidade natural da criança, a habilidade do exame e do julgamento. Para Kant o método socrático é necessário, pois por meio dele atingimos o verdadeiro uso pleno da nossa razão. Aplicado, pode fazer com que o aluno participe do universal, tornando-se mestre de sua ação e de suas obras, sendo que esse homem autônomo irá atingir sua distinção completa na educação moral. "A formação propriamente prática e moral é aquela do caráter", segundo Vandewalle, citado por Sponville (2009, p. 124). Para Kant a cultura moral se funda nas máximas, a da escola e da humanidade, cabendo ao indivíduo o aprendizado gerado a partir dessas máximas, mesmo que seu ato o responsabilize pelas suas ações. O que se espera das

máximas na educação moral é a compreensão por parte das crianças dos seus deveres enquanto membros de uma sociedade e humanidade.

## 5 CONCLUSÃO

O problema discutido nesse trabalho refere-se a priori a maneira pela qual a educação no seu sentido mais formal afeta o indivíduo na sua formação moral. Sem maiores pretensões nossa investigação está apoiada em teorias que sinalizam uma educação como prática no desenvolvimento humano do indivíduo, onde a mecanização do ensino não é admitida, por princípio ela deve ser relacionada para o uso da reflexão como meta para a liberdade.

Mas de forma alguma devemos descuidar dessa liberdade, um dos pontos fundamentais da teoria kantiana na educação é tratar a liberdade das crianças como condição de não impedir a liberdade dos outros e que se deve aprender a conseguir seus propósitos com a condição de permitir que os demais também a consigam.

Para Kant os seres humanos não são naturalmente éticos e o bem é dependente da inteligência humana, o ser bom ou mau é produzido pela possibilidade que a moral se apresenta, ser bom é uma necessidade social.

Referendados por uma teoria que prescreve que o homem forma por si só um projeto de conduta, concluímos nossa pesquisa, entendendo que as virtudes morais são fruto da inteligência humana e que para atingí-las é necessário, sobretudo educar a razão humana.

## REFERÊNCIAS

- SANCHES VAZQUES, A. **Ética**. 27ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.
- KANT, I. **Sobre A Pedagogia**. 5ªEd. São Paulo : Unimep, 1999.
- PEGORARO, O. **Ética é Justiça**. 8ªEd. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- ARISTÓTELES. **A Política**. 16ªEd. São Paulo : Escala, 2007.(a)
- ARISTÓTELES. **Ética A Nicômaco**. 1ªEd. São Paulo: Martin Claret, 2007. (b)
- PINHEIRO MORAES, C. **Kant e a Educação: Reflexões Filosóficas**. 1ªEd. Caxias do Sul, RS : Educs, 2007.
- KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. 2ªEd. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, I. **Que significa orientar seu pensamento**. 4ªEd. São Paulo: Vozes, 2008.
- SPONVILLE C. A. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. 2ªEd. São Paulo: Positivo, 2009.
- VASCONCELLOS, Celso S. **Disciplina: Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 7ªed. São Paulo: Libertad,1996.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.